

**LETICIA SIQUEIRA VIEIRA**

**AGRONEGÓCIO: O DESENVOLVIMENTO DO SETOR POUCO IMPACTADO  
E DE GRANDE RECUPERAÇÃO**

**Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas**

**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária**

**PUC – SP**

**Maior/2023**

**LETICIA SIQUEIRA VIEIRA**

**AGRONEGÓCIO: O DESENVOLVIMENTO DO SETOR POUCO IMPACTADO  
E DE GRANDE RECUPERAÇÃO**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob orientação do Professor Flávio Mesquita Saraiva

**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária**

**PUC – SP**

**Maior/2023**

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

*Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca)*

---

---

---

Autorizo a disponibilização desta monografia para consulta pública e utilização como referência bibliográfica, mas sua reprodução total ou parcial somente pode ser feita mediante autorização expressa do autor, nos termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer, primeiramente a mim, por ter tido coragem de ir até o fim e por não ter desistido, a minha mãe, que sem ela eu não teria dado entrada à universidade, a Deus por me fazer uma pessoa resiliente, aos meus amigos durante a jornada acadêmica.

Agradeço também aos meus professores que tornaram essa etapa da minha vida possível, por todo o conhecimento passado à mim durante esses anos.

VIEIRA, L. S. **Agronegócio: O Desenvolvimento do Setor Pouco Impactado e de Grande Recuperação.** São Paulo, 2023.  
Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

## **RESUMO**

O agronegócio tem grande influência sob o Produto Interno Bruto. O setor que sempre esteve presente na história do país vem se mantendo crucial para o crescimento econômico brasileiro. Em 2019 se expandiu e a crise econômica dos últimos anos, agravada pela COVID-19, não interrompeu seu avanço, se mostrando ser um setor pouco impactado pela pandemia, apresentando grande capacidade de recuperação, e evidenciando em 2020 uma das maiores safras já registrada. A essencialidade da produção de alimentos e insumos agrícolas garantiu a continuidade das atividades mesmo em meio às restrições e incertezas da crise sanitária global. A adoção de novas tecnologias, a diversificação dos mercados de exportação e a busca por práticas sustentáveis foram estratégias adotadas para enfrentar os desafios.

Palavras-chave: AGRONEGÓCIO, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, COMÉRCIO INTERNACIONAL, COVID-19, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Classificação JEL: Q11; Q17; Q18

## **ABSTRACT**

Agribusiness has a great influence on the Gross Domestic Product (GDP). The sector that has always been present in the country's history has remained crucial for Brazilian economic growth. In 2019 it expanded and the economic crisis of recent years got worse by COVID-19, but it did not stop its advance, proving to be a sector with minor impact by the pandemic, with a great capacity for recovery and showing in 2020 one of the largest harvests ever recorded. The essentiality of producing food and agricultural inputs ensured the continuity of activities even amidst restrictions and uncertainties of the global health crisis. The adoption of new technologies, the diversification of export markets and the search for sustainable practices were strategies adopted to face the challenges.

Keywords: AGRIBUSINESS, FOOD PRODUCTION, INTERNATIONAL TRADE, COVID-19, TECHNOLOGICAL INNOVATION.

JEL Classification: Q11; Q17; Q18

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>1 - O desenvolvimento da economia agrícola no Brasil - Como e quando se deu o avanço da moderna economia agrícola no país .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 - A modernização agrícola a partir de 1964.....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 - O período pós ditadura no país .....</b>	<b>12</b>
<b>1.3 - O compromisso com a política agrícola .....</b>	<b>12</b>
<b>2 - As principais relações comerciais. Quem são os principais parceiros comerciais do Brasil, quais produtos são exportados, seu valor no mercado nacional e internacional.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 - O desenvolvimento da balança comercial brasileira .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 - Os números da Balança Comercial .....</b>	<b>23</b>
<b>2.3 - A relevância brasileira no comércio atual.....</b>	<b>26</b>
<b>3 - Em tempos da crise de covid-19 quais os riscos alimentares as expectativas futuras da safra agricultora no país .....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 - Os riscos para a cadeia alimentar e o mercado de trabalho .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 - O que esperar o setor pós o período pandêmico.....</b>	<b>33</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>36</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

O agronegócio é um setor de grande importância para a economia global, sendo responsável por garantir a demanda crescente de alimentos e matérias-primas. Ao longo dos anos, o agronegócio tem demonstrado um desenvolvimento sólido e uma capacidade notável de recuperação, mesmo diante de desafios significativos. Um desses desafios foi a pandemia de COVID-19, que impactou diversos setores da economia mundial, mas o agronegócio foi pouco afetado e mostrou-se resiliente em face dessa crise.

O agronegócio é um setor que engloba atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição e comercialização de produtos agrícolas, pecuários e agroindustriais. Com o aumento da população mundial e a crescente demanda por alimentos, o agronegócio desempenha um papel crucial na segurança alimentar global, bem como na geração de empregos e no desenvolvimento socioeconômico de muitos países.

O setor agrícola tem se destacado por sua capacidade de se adaptar às mudanças do mercado e às novas tecnologias, o que contribui para seu desenvolvimento contínuo. Além disso, a diversificação da produção agrícola e a busca por práticas sustentáveis têm impulsionado o agronegócio a alcançar resultados positivos.

No entanto, o surgimento da pandemia de COVID-19 trouxe incertezas e desafios sem precedentes para a economia global. Muitos setores foram fortemente impactados, mas o agronegócio apresentou uma capacidade impressionante de se adaptar e se recuperar rapidamente. Apesar das restrições e interrupções nas cadeias de suprimentos, o setor agrícola se manteve essencial, garantindo o abastecimento de alimentos e insumos básicos em todo o mundo.

Uma das principais razões para a agricultura ter sido pouco impactado pelo COVID-19 é a sua natureza essencial. A produção de alimentos e matérias-primas não pode ser interrompida, pois é vital para a sobrevivência das pessoas. Os agricultores e produtores rurais tiveram que se adaptar rapidamente às novas medidas sanitárias e de segurança, mas continuaram desempenhando um papel fundamental na cadeia alimentar.

Além disso, o setor tem se beneficiado da demanda estável e crescente por alimentos, especialmente durante a pandemia. A necessidade de garantir o abastecimento alimentar estimulou os investimentos e impulsionou o setor a buscar soluções inovadoras para aumentar a produtividade e a eficiência.

O agronegócio também se mostrou resiliente devido à diversificação de sua produção. O setor agrícola é composto por uma ampla variedade de culturas, criações e atividades agroindustriais. Essa diversificação permite que os produtores se adaptem às condições de mercado e reduzam os riscos associados a eventos adversos, como variações climáticas ou oscilações nos preços de commodities.

O agronegócio tem sido impulsionado pelo aumento da conscientização sobre a importância da sustentabilidade ambiental e da produção de alimentos saudáveis. Os consumidores têm demonstrado cada vez mais interesse por alimentos orgânicos, produzidos de forma sustentável e com menor impacto ambiental. Esse cenário tem incentivado os produtores a adotarem práticas agrícolas mais sustentáveis e a buscar certificações que atestem a qualidade e a origem dos alimentos.

No contexto da pandemia, foi beneficiado pela valorização da produção local e regional. As restrições nas fronteiras e a preocupação com a segurança sanitária levaram muitos consumidores a optarem por alimentos produzidos localmente, o que fortaleceu os produtores locais e as cadeias de suprimentos regionais. Os governos de diversos países adotaram medidas de estímulo e apoio ao setor agrícola durante a crise do COVID-19. Políticas de incentivo à produção, linhas de crédito especiais e apoio logístico foram implementados para garantir a continuidade das atividades agrícolas e minimizar os impactos da pandemia.

No trabalho abaixo, no capítulo 1 será apresentado como ocorreu o desenvolvimento da economia agrícola no país, no capítulo 2 se desenvolve uma análise sobre os principais parceiros comerciais, seus produtos e seu destaque nesse setor e no capítulo 3 a análise é sobre a agricultura em tempos da crise pandêmica em 2020, quais foram os riscos e quais são as expectativas futuras para o setor.

No capítulo final, são apresentadas as considerações finais.

## **1. O desenvolvimento da economia agrícola no Brasil - Como e quando se deu o avanço da moderna economia agrícola no país.**

A modernização agrícola intensificou-se a partir dos anos 70. O país que passava por um período de represália política com a Ditadura Militar, pós o sufocamento dos governos populistas, entendia-se que era necessário retomar o crescimento econômico do país, que estava estagnado. Para isso, foi necessária uma grande intervenção do Estado na economia.

As taxas de crescimento econômico eram baixas, os investimentos das empresas públicas e privadas estavam sem perspectiva, o alto déficit público, a crise na balança de pagamentos, fazia com que o país buscasse por empréstimos e a alta da inflação não contribuía para o avanço do Brasil.

O primeiro governo, de Humberto de Alencar Castelo Branco, foi marcado por ser um período de estabilização combinado com reformas institucionais executado pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O principal objetivo, era o controle da inflação.

O governo seguinte, de Artur da Costa e Silva, tinha como principal objetivo acelerar o crescimento da economia que, para isso, levou para o governo os tecnocratas que seriam responsáveis por esse fato.

O terceiro governo do período, de Emílio Garrastazu Médici, ficou conhecido por ser o período do “milagre econômico” da época, assim chamado uma vez que o Brasil apresentava elevadas taxas de crescimento, pleno emprego, inflação em queda superávit no balanço de pagamentos, utilizando-se desse cenário para mascarar a repressão social da época. Os indicadores da época, mostram que o crescimento não andou junto com o desenvolvimento econômico e social. Médici é sucedido por Ernesto Geisel.

Geisel, e sua base, tinham medo de perder novamente o poder para um militar da outra frente, com isso, precisavam manter o crescimento e evitar qualquer tipo de estabilização que paralisasse esse crescimento. Impõe-se então o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) sendo um amplo programa de investimentos governamentais.

O último governo do regime, de João Baptista Figueiredo, não conseguiu dar seguimento no mesmo nível de governo dos dois anteriores sendo marcado por sérios problemas econômicos e pela reabertura política que havia sido proposta no governo Geisel, que na época era tudo diferente, o setor externo não era mais o mesmo, a inflação voltava a altas taxas, o endividamento externo utilizado como forma de financiamento desequilibrou as contas externas. Ficando claro a necessidade de ajustamento externo e o “esgotamento do modelo de desenvolvimento”.

### **1.1 A modernização agrícola a partir de 1964**

O desenvolvimento da modernização agrícola se dá a partir do período militar, apesar do foco ser com a continuação da mudança da estrutura produtiva brasileira. O grande desempenho da economia seguia o comportamento da indústria, que no momento era a grande aposta do governo. A potência da indústria, acompanhada pelo setor de serviços, ampliou sua participação na margem do produto interno bruto, em detrimento da agricultura.

A partir de 1967, a equipe econômica enxergava o crescimento econômico como sendo mais importante do que a continuação da contenção inflacionária, até mesmo para tornar o governo legítimo. Novas medidas foram tomadas, alterando significativamente a política econômica, como o alívio dos controles sobre o crédito o que favoreceu a expansão do crédito agrícola.

Outros setores da economia, como o da construção civil também se recuperaram com a elevação dos investimentos públicos em infraestrutura, a ampliação do crédito habitacional demandado através do Sistema Financeiro Habitacional e a potência do setor industrial, conforme citado acima, favoreceram o setor.

O setor de bens de consumo duráveis e não-duráveis tiveram um grande crescimento no período também, podendo-se destacar a política liberalizante do Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI que concedia uma série de incentivos aos programas industriais.

A grande aposta do período era o avanço da industrialização, mas o setor agricultor também recebeu atenção dos agentes fazedores de política econômica.

O incentivo a agricultura observado nesse período foi feito através do crédito subsidiado e auxílio técnico, sendo o objetivo de ampliar a produtividade da agricultura brasileira e sua produção, favorecendo a continuidade do desenvolvimento industrial e o aperfeiçoamento da situação do Balanço de Pagamentos, assim aumentando o

nível das exportações e diminuindo a dependência do nível de importações. Para isso, foram estabelecidos mecanismos de política que alavancassem a agricultura brasileira.

A alteração da política econômica deu espaço a política agrícola oferecendo crédito rural. Já em 1965 foi criado o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) com a finalidade de prover aos agricultores crédito barato para o aperfeiçoamento da produção. Até o início dos anos 80, as taxas de juros cobradas sob o crédito implicavam-se em negativas, causadas pelo cenário da alta inflação, ou seja, sendo um grande subsídio ao setor. Posteriormente a política foi mudada, e o empréstimo era feito atendendo a indexação dos contratos. Os bancos comerciais também auxiliavam na reserva de recursos para o crédito. Parte do que era captado em depósito à vista deveriam ser utilizados pelos agricultores, de acordo com as diretrizes do sistema. O principal agente bancário do sistema era o Banco do Brasil que usava a “Conta-Movimento” do Orçamento Monetário do governo para sacar os recursos.

O crédito rural foi o instrumento mais utilizado para concessão até a década de 70, ao final desta a PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) que tinha como objetivo diminuir o risco-preço dos agricultores, assegurando um preço mínimo de venda, impossibilitando que os preços caíssem abusivamente, principalmente durante a colheita - foi utilizado especialmente para os produtos domésticos.

O sistema Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), fundado em 1973, teve papel relevante no avanço do setor, foi possível contar com o auxílio técnico aos agricultores e análises de novos organismos que se adequassem as condições territoriais e climáticas brasileiras. O desenvolvimento dos estudos e tecnologias transformaram, inclusive, regiões arenosas em áreas produtivas em função do manejo adequado do solo.

É visto que o número de tratores e máquinas agrícolas, além da introdução de produtos químicos na produção cresceram o que favoreceu o avanço do trabalho na área de cultivo.

O crescimento da produção, pôde ser observado com o deslocamento da fronteira agrícola para a região centro-oeste, além da região sul-sudeste que sempre teve grandes números. Houve a prosperidade de novos produtos, com destaque para a soja, e algum tempo depois, para a laranja. O café, que sempre foi o principal produto da pauta de exportação deixa de ser o único. Agora a soja, cana-de-açúcar,

laranja, arroz, milho, mandioca, entre outros, também são exportados. É evidente que, cada região do país tinha seus produtos que seriam melhor cultivados.

De todo modo, segundo Kageyama e Silva (1983), a modernização agrícola brasileira que ocorreu durante o regime militar foi parte do processo capitalista de desenvolvimento do Brasil, embora tenha deixado impactos negativos do ponto de vista social.

### **1.2 O período pós ditadura no país**

Após 20 anos de regime militar, o Brasil se organizava para a reabertura política e transição para a democracia. Os governos seguintes tinham a preocupação de combater a inflação que vinha crescendo bruscamente, além do controle do déficit público objeto de apreensão dos comandantes também. Diversos planos de estabilização foram apresentados, como o Plano Cruzado já em 1986 no governo de José Sarney, além desse também tivemos o Plano Bresser e Verão, já em 1987 e 1989, e Collor I e Collor II, em 1991 e 1992, porém nenhum capaz de frear a inflação que batia novos patamares a cada ano.

O único plano que teve sucesso no fim da alta inflação do país foi o Plano Real, em 1994, durante o governo de Itamar Franco com o Fernando Henrique Cardoso como ministro da fazenda. Para combater a inflação foi necessário mais do que a desindexação, decisões foram tomadas que trouxeram consequências negativas para o desempenho da economia nos próximos anos, porém medidas para modernizar os instrumentos de apoio à agricultura foram tomadas.

### **1.3 O compromisso com a política agrícola**

Com a redemocratização, a eleição do primeiro Presidente da República eleito através do voto direto ocorre. Na corrida estavam Fernando Affonso Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, Collor é eleito em 1990 e apresentava-se como um político jovem e moderno, porém as medidas escolhidas por ele não eram recentes e sua popularidade começou a ruir. Entre suas medidas estavam: democracia e cidadania; contenção da inflação inimiga permanente dos governos, reforma do Estado e a modernização econômica através dos setores que dão proventos ao Estado; a preocupação ecológica; o desafio da dívida e a posição do Brasil na visão do mundo da época.

O governo Collor indicou uma reformulação da política agrícola tendo como essência as regras de mercado, com a eliminação dos subsídios à uma parte da moderna agricultura brasileira tendo como alvo a liberação de recursos que tornasse

possível o ambiente rural aos produtores rurais de baixa renda através da execução de um novo padrão de financiamento das atividades agrícolas por meio do Finame Rural, do BNDES.

Os caminhos dos projetos de governo de Fernando Collor foram reunidos no documento “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional”.

Com todo seu discurso liberal clássico, frisando a necessidade de diminuição do estado na economia, a questão agrária não ocupa muito espaço no documento. Em sua fala, Collor afirma que o setor tem fortalecido fortemente com o estímulo do estado, tanto na regulamentação quanto, na pesquisa, custos, compra dos insumos de produção, infraestrutura, armazenamento, eletrificação e irrigação. Foram eliminados o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e o IBC (Instituto Brasileiro do Café), na promessa de reduzir a intervenção estatal na comercialização do café e do açúcar e iniciou-se a reestruturação do crédito rural e da PGPM.

A solução apresentada pelo governo é alterar a técnica para o “processo de verticalização produtiva” com o intuito de uma crescente integração intersetorial e ao aumento da produtividade e da competitividade. Em acordo com o modelo de Estado defendido pelo social-liberalismo, a atuação do Estado nesse setor também deveria ser gradualmente reduzida, abrindo espaço para a iniciativa privada atuar no financiamento quanto na comercialização dos produtos agrícolas.

Na década de 1990, realizou-se a abertura da economia brasileira aos mercados internacionais, ainda jovem, nos moldes das vantagens comparativas. A chegada a novas mercadorias e novos consumidores exigiu mudanças nas estratégias.

Completando as bases do projeto para a agricultura apresentado pelo governo da época, três pontos ainda analisados: o seguro agrícola, a pesquisa agrícola e o Sistema de Defesa Agropecuária.

Após escândalos de corrupção virem à tona em seu governo, no final de 1992 Fernando Collor é afastado de seu cargo até o senado concluir o processo de impeachment, mas por fim toma a decisão de renúncia.

Em dezembro de 1992 inicia-se o governo de Itamar Franco com os mesmos objetivos e desafios dos governos anteriores, de Sarney e Collor, o controle da inflação e o ajuste das contas públicas com a crise econômica.

Com o sucesso do Plano Real em janeiro de 1995 com extensão para um segundo mandato, até 2002, Fernando Henrique Cardoso seria o novo Presidente da República.

Durante esse período, a política econômica brasileira passou por fortes mudanças a partir de 1995, e foi o neste ano a estabilização e a ampliação da abertura comercial externa. As tentativas para agregar a economia brasileira no comércio mundial ou em blocos regionais fracassaram, por conta da pressão dos países protecionistas.

O resultado da abertura comercial no começo dos anos 90 e definida nos anos 95 foi logo sentido em toda a economia. Os setores mais protegidos como o de eletrônicos e informática foram os mais acometidos e, impostos a passar por um processo de reciclagem competitiva, dada a entrada de indústrias externas deteriorando as poucas que existiam internamente. Nos setores mais expostos como a agricultura, o processo demorou mais e a reestruturação teve mais tempo para se fortalecer, dando os primeiros sinais positivos.

Como parte do planejamento para diminuir o Estado na economia, o Governo apresentou um amplo programa de privatização de empresas públicas ou quebra do monopólio estatal. Empresas dos setores de telecomunicações, siderúrgico, ferroviário, portuário, mineração, algumas do setor elétrico e o monopólio estatal do petróleo entraram no projeto.

A administração de FHC estabeleceu uma agenda de trabalho na agricultura que resultou na reestruturação dos instrumentos tradicionais de política agrícola como o Crédito Rural, o Seguro Agrícola e a Política de Garantia de Preços Mínimos. Criaram novos instrumentos como o Prêmio de Escoamento da Produção e o Contrato de Opções, e as novas Lei de Armazenagem e a Lei de Classificação dos produtos vegetais; além disso, renova-se a base da defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e amplia-se os programas de desenvolvimento tecnológico e extensão rural, e inicia-se o programa de renegociação da dívida rural dada os altos níveis de endividamento que implodiram em 1995.

O crédito rural de custeio pelo Estado ainda é um forte instrumento de estímulo e apoio à atividade agrícola. Entre as safras 1994/1995 e 2000/2001 o nível de recursos disponíveis cresceu 59%.

Com a queda da inflação, o dinheiro originado dos depósitos a vista voltou a ser a fonte mais importante de empréstimos. Com relação à distribuição dos créditos

por região, a Região Sul, é a mais beneficiada, seguida da Região Sudeste, da Região Centro-Oeste, e a Região Nordeste, que por conta do seu solo e clima, saiu em prejuízo.

No período das safras seguintes diversos programas de investimentos foram implantados, como - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota): em seu objetivo modernizar o parque de máquinas e implementos agrícolas em todo a área; - Programa de Desenvolvimento da Apicultura, em seu objetivo aumentar a produção e a produtividade, com o teto de produtor/ano de R\$ 20 mil; - Programa de Fruticultura, em seu objetivo de consolidar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura nacional, com o teto por produtor/ano de R\$ 40 mil; - PROSOLO - Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo: o teto de financiamento foi aumentado de R\$ 40 mil para R\$ 80 mil, por produtor/ano; - PROPASTO - Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas: o teto de financiamento foi aumentado de R\$ 50 mil para R\$ 150 mil, por produtor/ano; - Programa de Incentivo à Construção e Modernização de Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais: em seu objetivo elevar a capacidade instalada de armazenamento em propriedades rurais e modernizar as unidades de armazenamento já existentes, dentre outros.

Ao final do período dos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique, a taxa média anual de crescimento real do PIB agrícola foi de 2,4%. Por outro lado, de 1999 a 2004, a taxa anual de crescimento do PIB agrícola conquistou a média impressionante de 5,4%.

Foi durante o governo do petista, Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 até 2010, que os negócios para a agricultura alcançaram seus números inéditos, embarcando no famoso “boom das commodities”, notadamente nos complexos de carne e soja.

É importante ressaltar que, o compromisso inicial do governo era a distribuição de terra aos membros dos movimentos de sem-terra, em consequência para reduzir de forma acentuada o desemprego e melhorar a distribuição de renda, além de aumentar a produção de alimentos e de outros insumos agrícolas.

O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado em 1996, foi sendo aperfeiçoado durante o governo FHC, mas as principais mudanças ocorreram no governo Lula. O programa continuou a ser o principal projeto para os agricultores familiares. No entanto, com o passar do tempo seu foco de atuação foi

alterado, anteriormente era disponibilizar uma rede de serviços para o desenvolvimento da agricultura familiar, e passou à inserção dos agricultores aos mecanismos de mercado.

Concluindo o primeiro mandato de Lula já era possível notar algumas transformações no Programa, como aumento dos limites de crédito; novas categorias de beneficiários que poderiam acessar programa; alteração das porcentagens irrisória de renda das famílias que seria decorrente da exploração agropecuária e não-agropecuária, entre outros projetos.

As contas externas do Brasil apresentaram ganhos expressivos nos superávits da balança de pagamentos entre o período de 2003 a 2010 (US\$231,8 bilhões no total). Todo esse ganho propiciou o governo saldar suas dívidas com o FMI, reduzir o endividamento público externo e reunir reservas.

O mercado interno no período, foi incentivado pelas políticas de renda e distributivas, políticas de crédito expansionistas e as ações de combate à crise internacional. De 2003 a 2010, de dezembro a dezembro, o crédito cresceu de 26,1% para 45,2% do PIB.

O resultado positivo foi incentivado pelo contexto internacional de progresso mundial até o início da crise de 2008; de grande liquidez dos mercados financeiros e de aumento universal dos preços internacionais das commodities e desvalorização dos custos das manufaturas resultante direta e indiretamente do efeito Chinês. As modificações nos preços provocaram, entre 2003 e 2010, um aumento de 40% nos termos de troca brasileiros.

A diminuição da restrição internacional e a elevação do PIB no período estavam ligadas às transições mundiais favoráveis que geraram um excepcional boom nos preços das commodities que o Brasil exporta e à queda dos custos das manufaturas e dos bens de capital comprados pelo país mundo afora. O setor externo apresentou um importante papel para as atividade no início do governo Lula nas seguintes questões (i) aos “efeitos primários” do crescimento das exportações, que são, vistos como importantes elementos dos gastos autônomos e, por isso, da demanda agregada, e, que também, auxiliam na remoção a restrição externa a que economias subdesenvolvidas podem passar; e (ii) aos “efeitos secundários” do desenvolvimento das exportações que se dão em maior renda agregada interna, levando ao investimento através do efeito acelerador, especialmente das empresas/grupos econômicos que seus produtos são destinados para exportação. (Pinto, 2010)

A safra do primeiro ano do mandato de Lula (a safra 2003/2004) foi recorde, atingindo 119,1 milhões de toneladas. E a safra de 2003/2004 deveria ser ainda maior – segundo a previsão que circulou na época, seria de 131,9 milhões de toneladas – mas ela sofreu acentuada redução em razão de problemas climáticos em importantes regiões produtoras. Quanto ao desempenho do comércio internacional do setor, o superávit comercial de 2003 do agronegócio registrou um aumento, para US\$ 25,9 bilhões (AGRONEGÓCIO..., 2004, p. 17). E, em 2004, esse superávit foi ainda maior; no período de 12 meses, terminado em maio de 2004, a Balança Comercial do agronegócio totalizou US\$ 28,3 bilhões, quase 27% a mais do que o mesmo período de 12 meses do ano anterior. – Mueller, Charles, (Abr./Maio/Jun. 2005).

O desenvolvimento dos setores industriais produtores de commodities e do agronegócio, durante o período, teve forte ligação com a atividade internacional do que com políticas governamentais.

A continuidade do governo petista fica a cargo de Dilma Rousseff, que anteriormente ocupava o cargo de vice-presidente do governo Lula, de 2012 até 2016.

Os resultados positivos foram gerados das exportações, além da apreciação do dólar, a ininterrupta demanda chinesa por alimentos e os resultados da balança comercial. Novos recordes históricos da colheita de grãos são atingidos, na safra de 2013/2014, até o momento, mostrando que o Brasil tem grande capacidade de produção.

Ao estudar as medidas tomadas para a reforma agrária implementadas no período entre 2011 e 2014, nota-se um quadro em que a concentração de terra foi mantida em contrapartida ao aumento dos conflitos por terra.

Em agosto de 2016, a presidente eleita Dilma Rousseff é afastada de seu cargo sendo acusada de crime de responsabilidade pelo Senado e o Congresso Federal. A partir daí, seu vice Michael Temer é quem toma as rédeas do Governo até o final do mandato, em 2018.

Esse período é marcado por serem aprovados projetos que retiram os direitos sociais e trabalhistas conquistados pelo povo brasileiro durante as últimas décadas.

Diversas diretrizes no desenvolvimento do campo foram abandonadas.

No que tange a agricultura familiar, durante esse período, o setor produtivo avalia que houve declínios. As grandes críticas são as reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo governo federal. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), as reformas mostram, de forma

escancarada, que a ideia do Executivo é beneficiar os empresários, deixando de lado os mais pobres.

## **2. As principais relações comerciais. Quem são os principais parceiros comerciais do Brasil, quais produtos são exportados, seu valor no mercado nacional e internacional.**

O Brasil alterou consideravelmente o seu comércio exterior, desde as últimas décadas. Nos anos 60 o país tinha produção reservada à exportação de produtos primários, como café, que no começo era responsável por 70% de toda exportação do país, e em seguida outros produtos ganharam destaque, como cacau, algodão, açúcar, madeiras, fumo, carnes, minérios ferro e manganês.

No presente, a economia é mais complexa e diversa, com as exportações de produtos industrializados e processados (semimanufaturados), calçados, suco de laranja, tecidos, alimentos industrializados, caldeiras, armamentos, combustíveis, bebidas, produtos químicos, veículos de todo tamanho e suas respectivas peças de reposição e aviões.

Nos anos 60 os produtos industrializados e semimanufaturados, equivaliam à apenas 5% do total das exportações brasileiras, em 2005 esses tipos de produtos já representavam 60% de todo comércio exterior do Brasil, o que aponta e destaca os avanços econômicos gerados pela modernização do setor industrial.

O Brasil possui muitos parceiros comerciais, com destaque maior destaque para os seguintes países: toda União Europeia, sobretudo Alemanha, Itália, França, Espanha e Holanda, além de Estados Unidos, Argentina, Japão, Paraguai, Uruguai, México, Chile, China, Taiwan, Coreia do Sul e Arábia Saudita.

### **2.1 O desenvolvimento da balança comercial brasileira**

A Organização das Nações Unidas – ONU – (*UNITED NATIONS*, 2011), estima que em 2050 a população mundial será de aproximadamente 11 bilhões de pessoas. Os avanços de renda per capita e das taxas de urbanização nos países em desenvolvimento, em especial na Ásia e África, podem antecipar as demandas internacionais por alimentos, por processados e fontes de energia renováveis paralelo aos combustíveis fósseis. Há quem diga que, do lado da demanda, o crescimento da renda per capita média, em conjunto com o crescimento da população, acabou no aumento da demanda por alimentos, sobretudo nos países em desenvolvimento. A elevação de renda teria permitido não somente o aumento de consumo de produtos básicos, mas também a diversificação de consumo, acrescentando carnes, produtos

à base de leite e óleos vegetais no dia a dia. Já pela oferta, o Brasil encontra-se entre os maiores exportadores de alimentos, fibras e seus processados, e entre todos os países é um dos poucos que ainda consegue realizar expansões de sua área de agricultura e/ou pecuária.

O florescimento da balança comercial agrícola brasileira esteve associado aos objetivos da política comercial que, foram resultados da relação de fatores internos e externos. Até o século 20 uma sucessão de ciclos de exploração de produtos primários conduziu o processo agroindustrial no País, e as balanças comerciais – pró-exportação – foram lideradas por produtos como o açúcar, café, borracha, entre outros. Na década de 30 em diante, com o modelo de substituição de importações, que priorizou outros setores industriais, em especial os intensivos em tecnologia e capital, a agricultura nacional foi deixada para segundo plano e então, para posteriormente, ser anexada à nova dinâmica de industrialização. Já na década de 1970, foram definidas políticas tangíveis de apoio à agricultura, que permitiram sua rápida modernização (FAVERET FILHO & PAULA, 2002). Foi assim, que foi refeita a base técnica do setor, reproduzida na indução e difusão da utilização de insumos modernos e de maquinaria agrícola, mirando o aumento de produtividade dos fatores terra e trabalho. “A agricultura passou por uma sólida transformação no período, assumindo bases tecnológicas modernas e respondendo aos estímulos dos incentivos obtidos via crédito farto e subsidiado, via programas específicos e via sinalização de preços do mercado internacional” (GONZALEZ & COSTA, 1998, p. 14). O grande legado dos anos 70 foi a modernização da agricultura, que transformou sua estrutura com o início do seu processo de industrialização. Portanto, o tipo de produto que passa a fazer parte da pauta de exportações, já não é apenas o produto primário, mas sim, produtos com diversos níveis de preparação da indústria. O objetivo dessa política correspondia em dar possibilidades para o crescimento econômico, criar divisas para sustentar a balança comercial e arrefecer o custo de vida - através da queda dos preços agrícolas. Na década de 80, coube a agricultura a responsabilidade de gerar superávits comerciais, com a intenção de equilibrar o balanço de pagamentos, dificultado pela crise da dívida externa e pelos frustrados planos de combate à inflação. Com início em 1980 a economia brasileira entra em período decrescente. Inflação, dívida externa, déficit na balança de pagamentos foram alguns objetos do período.

GONZALEZ & COSTA (1998) definem da seguinte maneira:

A economia brasileira passou a ser submetida a políticas macro, que buscavam a queda nos índices gerais de preços e o ajuste do setor externo. Para consecução do objetivo de ajuste externo foram efetivadas, no âmbito da política cambial, duas maxidesvalorizações, em 1979 e 1983, e as políticas fiscal e monetária tornaram-se, fortemente contracionistas com vistas a reduzir o déficit público e o crédito doméstico das autoridades monetárias. Nesse contexto de agravamento das contas públicas, que o modelo de desenvolvimento do setor agrícola baseado no crédito rural farto e barato começou a dar sinais de esgotamento. Pode-se dizer que, no geral, o setor agropecuário manteve a trajetória de crescimento verificada no decênio de 1970, porém com um padrão de crescimento distinto do verificado até então (Rezende, 1989; Gasques e Villa Verde, 1990). Constatou-se o enfraquecimento do modelo extensivo de crescimento baseado na expansão de área, em direção a um outro em que a produtividade passaria a ser a principal fonte de aumento da produção (Dias, 1989; Aguirre e Bacha, 1989; Gasques e Villa Verde, 1990).

Na conjuntura internacional, os eventos não foram muito distintos: os preços dos produtos agrícolas permaneceram-se em baixa pelos dez anos, resultado do excesso de oferta no mercado internacional, que foi definido pela busca de equilíbrio nas balanças de pagamentos em seguida da crise do petróleo. Por toda a década de 80, a agricultura foi o setor encarregado dos saldos positivos nas exportações. A agricultura manteve um patamar próximo dos 4% das exportações mundiais, tendo diminuído esse percentual apenas no final da década. Até 1989, a temática brasileira era de um padrão comum à quase toda a América Latina. O processo de substituição de importações, o qual implicava num controle rígido das importações.

A evolução histórica da balança comercial agrícola do Brasil esteve conectada aos objetivos da política comercial brasileira que, foram decorrentes da correlação de aspectos internos e externos.

O Brasil começou o progresso de abertura de sua economia em relação ao mundo a partir de 1988, isso pôde ser visto pela diminuição do volume de tarifas de 55%, em 1987, para 14%, em 1995, e o profundo processo de desregulamentação do Estado, que reduziu sua capacidade de intervenção, e ainda, a admissão do país no Mercosul, bloco econômico fundado em 1991, que engloba Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, formaram uma nova conjuntura de inserção da agricultura brasileira. Os ramos que formam a ordem produtiva nacional passaram a se acomodar à nova realidade, alcançando um crescimento na sua competitividade, para não perder os mercados internos já existentes e, mesmo, buscando adquirir novos mercados externos.

A princípio, existia a ansiedade de que essa abertura exporia o setor a concorrentes que vêm recebendo subsídios de seus governos em seus países e, assim, mais competitivos, provocando problemas à agricultura local. No entanto, isso não aconteceu, tendo em consideração os crescentes saldos da balança comercial agrícolas. Os problemas maiores que foram encarados pelo setor foram originados da política econômica brasileira e não nos vínculos com o setor externo.

As principais variáveis que atuaram desfavoravelmente foram: a) política monetária de elevados juros reais; b) sobrevalorização da taxa de câmbio real; c) reduções, em vários casos, excessivas, das tarifas de importação de produtos agrícolas; d) ampliação do diferencial de taxas de juros (interna e externa), causando maior incentivo à realização de arbitragem financeira nas importações (inclusive pelos menores juros nas exportações dos países desenvolvidos); e, e) crescimento econômico interno relativamente pequeno (a taxa de crescimento do PIB anual médio foi de apenas 1,72% entre 1989 e 1999), fator limitante do crescimento da demanda interna de alimentos (MELO, 2002).

De outro lado, um conjunto de variáveis teve um comportamento favorável nos anos noventa, as principais sendo: a) melhoria, até 1997, das cotações internacionais de produtos agropecuários; b) reduções dos preços reais de insumos agrícolas, principalmente nos casos de fertilizantes, defensivos, medicamentos e máquinas, beneficiados que foram por menores tarifas de importação (a abertura comercial); c) a continuação do processo de geração de inovações tecnológicas pelos setores público e privado, destacando-se o papel da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); e, d) modificações de política econômica, com destaques para a isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas exportações agropecuárias, a partir de 1997 (Lei Kandir), a criação do PRONAF –Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – em 1995, assim como a introdução de novos instrumentos de comercialização na política agrícola (MELO, 2002).

Nos anos 90, o acesso às relações comerciais veio a pôr fim a proteção de alguns segmentos agroindustriais e os fabricantes brasileiros foram obrigados a se adequar ao novo ambiente competitivo. O desempenho da balança comercial pôde ser visto principalmente após a implementação do Plano Real, e pela influência das novas regras da OMC.

(...) a instabilidade macroeconômica do final da década de 90 não desacelerou a agroindústria, pois seus dois segmentos conheceram grande estímulo com a desvalorização cambial e o conseqüente aumento do quantum exportado. Ademais, a agricultura foi favorecida pela criação de linhas de crédito especiais, com juros fixos – destacando-se o Moderfrota –, que auxiliaram o processo de modernização do campo (FAVERET FILHO & PAULA, 2002, p. 01).

## **2.2 Os números da Balança Comercial**

Em relação às exportações agrícolas brasileiras, é possível encontrar mais números a respeito da integração brasileira a partir de 1990. A soma da saída dos produtos básicos duplicou no período, saindo de US\$ 5.456.625, em 1990, para US\$ 10.128.793, em 2001. A soja e as carnes de aves e bovinos foram as mercadorias de maior importância, evidenciando a expansão do agronegócio brasileiro - que chega a 85% no período. Com relação aos artigos agrícolas semimanufaturados, estes expressaram um avanço ainda mais marcante, partindo de um total de US\$ 846.382 milhões, em 1990, para US\$ 3.402.906 bilhões, em 2001, ou seja, uma ampliação em torno de 300%. É um resultado significativo, que aponta a modernização da agricultura na forma de industrialização. Esse episódio indica a capacidade do setor agrícola brasileiro em se encaixar às necessidades internacionais.

Os produtos agrícolas manufaturados foram responsáveis por US\$ 2.242.079 bilhões, em 1990 e em 2001 por US\$ 2.131.306 bilhões, sem muita mudança no período.

Nota-se que as exportações agrícolas brasileiras, que continuaram em crescimento, equivalem aos produtos básicos ou semimanufaturados, ou seja, os números nos mostram que produtos com menor valor agregado são os mais exportados. Embora haja toda a dedicação da economia brasileira e, mesmo, da agricultura, em busca da industrialização, ainda assim se constatam muitos impasses para a inserção internacional ao tratarmos de produtos que necessitem tecnologia avançada.

As remunerações internacionais de produtos agrícolas, na década de 90, ao invés do que se sucedeu na década passada, apresentam uma grande elevação. Em 1995 chegaram a valores similares com os do início da década de 80. Contudo, a agricultura brasileira somente passou a incorporar os efeitos desse aumento em 1997, como resultado das supersafras colhidas nos anos de 1995 e 1996 e depois das desvalorizações cambiais, que ocorrem em 1999. Os produtos agrícolas que são

vendidos, agora fazem parte do ciclo do setor industrial cujas relações de negociações já não são mais compreendidas, apenas pelas vantagens comparativas de cada país e, sim, por parâmetros microeconômicos.

Desde 1995, ao passo que os outros setores da economia acumularam déficits comerciais de até US\$ 20 bilhões, o agronegócio continuou crescendo e apresentando superávits. De abril de 2006 a março de 2007, o superávit do agronegócio alcançou US\$ 44,2 bilhões, representando 97% do saldo comercial brasileiro. Ao ranking de produtos, a principal mudança foi a posição em que as carnes ocuparam. Em 1997, as carnes (bovina, suína e de frango) representavam 6,8% do valor total das exportações do agronegócio brasileiro. Em 2006, o valor das saídas de carnes (US\$ 8,35 bilhões) equivalia a 16,9% do valor total exportado pelo agronegócio no Brasil. Outra transformação que ocorreu no comércio internacional de produtos do agronegócio foi a expansão do comércio em novos mercados e a diminuição do comércio a países tradicionalmente parceiros do Brasil. Houve, nos últimos 15 anos, ampliação do comércio para a China, países do Oriente Médio e africanos; e redução relativa das exportações para o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos da América.

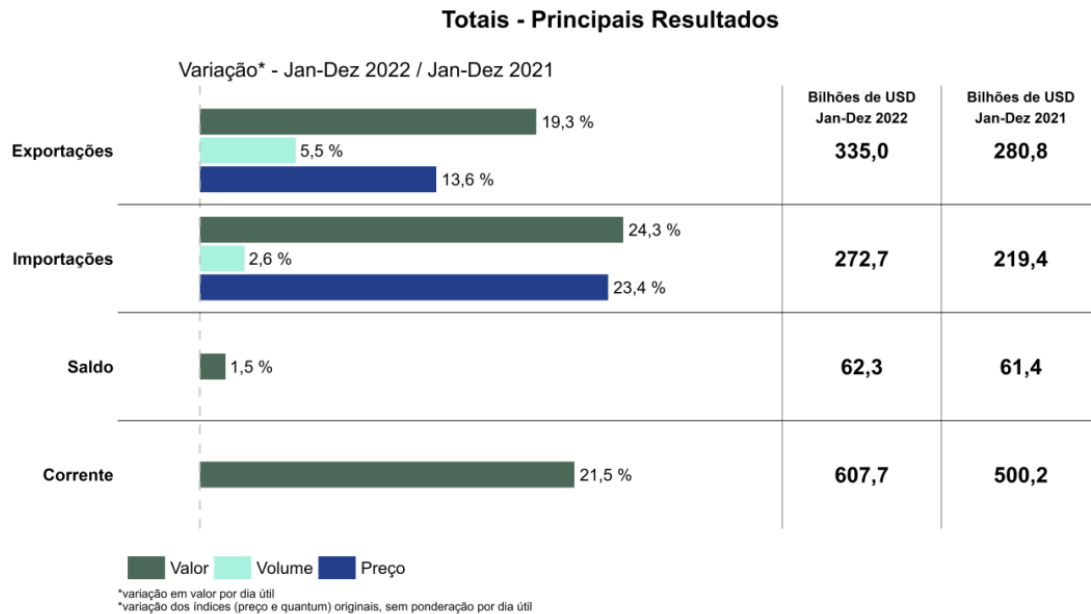
O Brasil atualmente é um dos destaques nas exportações de soja, petróleo, minério de ferro, celulose, milho, café e carnes bovina e de frango.

Conforme dados de 2021, os principais países consumidores das exportações brasileiras são a China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos, Chile, Singapura, México, Coreia do Sul, Japão e Espanha.

Analisando os dados de 2022, as exportações do ano alcançaram o total de US\$ 335 bilhões, maior valor da série histórica, crescimento de 19,3% na média diária exportada em relação ao ano de 2021. O preço dos bens exportados se expandiu em 13,6% e o volume embarcado aumentou 5,5%.

As importações também apresentaram o maior valor histórico ao somarem US\$ 272,7 bilhões, aumento de 24,3% em relação ao período de 2021. O crescimento do preço dos bens importados foi preponderante para esse desempenho ao registrar aumento de 23,4%. Já o volume das compras externas cresceu 2,6%.

O saldo comercial anual foi um superávit de US\$ 62,3 bilhões, com aumento de 1,5% em relação ao ano anterior. Já a corrente de comércio apresentou expansão de 21,5% ao somar US\$ 607,7 bilhões. Tanto o saldo quanto a corrente de comércio apresentaram os maiores valores da série histórica, que inicia em 1989.



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços  
Secretaria de Comércio Exterior (2022).

Foram alcançados avanços de produtividade que favoreceram a competitividade e eficiência do agronegócio brasileiro. Os dois principais destaques: (a) aumento da produção junto da queda real dos preços aos consumidores, que muito beneficiou a sociedade, principalmente os mais pobres da população, além de contribuir com a manutenção das baixas taxas de inflação observadas no período; (b) saldos comerciais que variaram entre 9 e 32 bilhões de dólares por ano, suavizando, os déficits comerciais brasileiros, que de outra maneira, poderiam tornar-se insuportáveis para a economia.

Para examinar o comportamento do avanço do saldo da Balança Comercial, é possível afirmar que a desvalorização do real foi responsável por alavancar as exportações, como prevê a teoria econômica. Porém, ao analisar-se a reação das exportações e importações, verifica-se que, a partir da mudança do regime cambial, em janeiro de 1999, em que foi abandonado o regime de bandas cambiais para o regime de câmbio flutuante, predominou-se as restrições das importações e não uma tendência de rápido crescimento das exportações. Diante disso compreendemos que o comportamento das exportações não está relacionado apenas com fatores domésticos, como a política cambial, pois fatores exógenos (ou externos) desempenham grande influência na evolução das exportações de um país. Ou seja, quando a economia mundial está num ciclo de expansão, a demanda internacional

por commodities cresce e, como resultado, os preços dos produtos tendem a aumentar. Por outro lado, quando a economia mundial está num ciclo de contração, encolhimento, há tendência de queda da demanda por commodities, resultando na desaceleração dos preços no mercado internacional.

### **2.3 A relevância brasileira no comércio atual**

O comércio mundial se expandiu nos últimos anos, em comparação aos anos de 2020 e 2021 houve um crescimento de 23%. O valor comercializado aumentou de US\$ 3,7 Trilhões em 1997 para US\$ 22 Trilhões em 2021.

O Brasil subiu na classificação do ranking dos exportadores mundiais e retomou a posição como importador em 2021.

Em 2021, o país tornou-se o 25º maior exportador mundial de mercadorias, com número de vendas de US\$ 281 bilhões, que equivalem a alta de 34% em comparação com o ano passado. O Brasil tornou-se o 27º maior importador, logo depois de ter deixado a posição e ficado em 29º lugar em 2020. Suas compras alcançaram US\$ 235 bilhões, com alta de 38%.

Com a divulgação dos dados de 2022, foi assinalado um crescimento em valor para os grandes parceiros comerciais do Brasil, como a China (aumento de 1,5% na média diária, para um total de US\$ 91,3 bi), União Europeia (aumento de 39,6% para US\$ 51 bi), Estados Unidos (20,2%, para US\$ 37,4) e Argentina (29,3% para 15,4 bi). Houve elevação de preços para os principais destinos. As mercadorias exportadas para China apresentaram incremento de 6,7% nos preços, para União Europeia foi de 20,5%, Estados Unidos de 16,8% e Argentina 15,6%. Destacar para a redução dos volumes exportados para China (-4,7%), principalmente pelos embarques menores de minério de ferro e soja ao país asiático. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Secretaria de Comércio Exterior (2022)).

### Exportações / Jan-Dez 2022

	Valor FOB (em milhões de USD)		Participação (%)		Variação (%)		
	2022	2021	2022	2021	Valor (m.d.)	Quantum	Preço
<b>Ásia (Exclusive Oriente Médio)</b>	<b>140.160</b>	<b>130.336</b>	<b>41,8</b>	<b>46,4</b>	<b>7,5</b>	<b>-3,4</b>	<b>9,6</b>
China, Hong Kong e Macau	91.260	89.944	27,2	32,0	1,5	-4,7	6,7
ASEAN	23.892	19.330	7,1	6,9	23,6	4,4	17,2
Japão	6.614	5.539	2,0	2,0	19,4	7,3	7,3
<b>Europa</b>	<b>63.456</b>	<b>48.295</b>	<b>18,9</b>	<b>17,2</b>	<b>31,4</b>	<b>9,6</b>	<b>19,1</b>
União Europeia - UE	50.998	36.533	15,2	13,0	39,6	14,6	20,5
<b>América do Norte</b>	<b>49.896</b>	<b>41.628</b>	<b>14,9</b>	<b>14,8</b>	<b>19,9</b>	<b>3,4</b>	<b>16,2</b>
Estados Unidos	37.429	31.145	11,2	11,1	20,2	3,2	16,8
Canadá	5.411	4.922	1,6	1,8	9,9	-0,5	13,2
México	7.056	5.560	2,1	2,0	26,9	8,8	14,3
<b>América do Sul</b>	<b>43.938</b>	<b>34.052</b>	<b>13,1</b>	<b>12,1</b>	<b>29,0</b>	<b>11,3</b>	<b>16,7</b>
Mercosul	21.696	16.990	6,5	6,1	27,7	8,3	15,7
Argentina	15.356	11.878	4,6	4,2	29,3	10,2	15,6
<b>Oriente Médio</b>	<b>17.232</b>	<b>12.074</b>	<b>5,1</b>	<b>4,3</b>	<b>42,7</b>	<b>24,6</b>	<b>11,4</b>
<b>África</b>	<b>12.847</b>	<b>9.479</b>	<b>3,8</b>	<b>3,4</b>	<b>35,5</b>	<b>12,7</b>	<b>19,1</b>
<b>América Central e Caribe</b>	<b>6.020</b>	<b>3.979</b>	<b>1,8</b>	<b>1,4</b>	<b>51,3</b>	<b>26,8</b>	<b>22,7</b>

FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Secretaria de Comércio Exterior (2022).

O destaque para os produtos exportados pelo Brasil em 2022 em valor e sua variação em comparação ao ano de 2021 foram: soja (valor total exportado de US\$ 46,7 bi e crescimento de 20,8%); óleos brutos de petróleo (US\$ 42,7 bi, 39,5%); minério de ferro e seus concentrados (US\$ 28,9 bi, -35,3%); óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (US\$ 13 bi, 79,5%); milho não moído, exceto milho doce (US\$ 12,3 bi, 194,1%); carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (US\$ 11,8 bi, 48,2%); açúcares e melaços (US\$ 11,3 bi, 23,6%); farelos de soja e outros alimentos para animais (US\$ 10,9 bi, 38,6%); carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (US\$ 8,9 bi, 27,8%); e café não torrado (US\$ 8,5 bi, 46,7%). Esses bens foram responsáveis por pelo menos 50% do valor total exportado em 2022. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Secretaria de Comércio Exterior (2022)).

Os principais vendedores de bens para o Brasil foram: China, União Europeia, Estados Unidos e Argentina. Para todas essas nações, houve aumento no valor de importação, assim como todas tiveram aumentos no índice de preços de importações em relação ao ano de 2021. Dentre esses países, o maior aumento foi dos Estados Unidos (30,3%) e o menor aumento da Argentina (9,7%). Para o nível de preço, o

maior aumento também foi dos Estados Unidos (43,5%) e o menor da China (10,3%). Uma fração do aumento de preços de importações se deve ao fornecimento de adubos, fertilizantes, petróleo bruto, derivados de petróleo, combustíveis e gás natural, bens que tiveram fortes encarecimentos em suas cotações internacionais. Apesar desse comportamento do valor, para Estados Unidos e Argentina, houve uma redução do quantum importado, respectivamente, -2,4% e -3,2%. A China teve aumento no volume dos embarques para o Brasil de 11% e a União Europeia de 1,4%. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Secretaria de Comércio Exterior (2022)).

Importações / Jan-Dez 2022							
	Valor FOB (em milhões de USD)		Participação (%)		Variação (%)		
	2022	2021	2022	2021	Valor (m.d.)	Quantum	Preço
<b>Ásia (Exclusive Oriente Médio)</b>	<b>94.543</b>	<b>78.158</b>	<b>34,7</b>	<b>35,6</b>	<b>21,0</b>	<b>7,7</b>	<b>10,8</b>
China, Hong Kong e Macau	61.576	48.341	22,6	22,0	27,4	11,0	10,3
ASEAN	9.962	9.536	3,7	4,3	4,5	-1,4	8,0
Japão	5.300	5.146	1,9	2,3	3,0	3,0	2,5
<b>América do Norte</b>	<b>61.778</b>	<b>46.521</b>	<b>22,7</b>	<b>21,2</b>	<b>32,8</b>	<b>-1,4</b>	<b>42,3</b>
Estados Unidos	51.308	39.385	18,8	18,0	30,3	-2,4	43,5
Canadá	5.187	2.575	1,9	1,2	101,4	-0,3	79,2
México	5.284	4.561	1,9	2,1	15,8	0,2	11,3
<b>Europa</b>	<b>60.327</b>	<b>51.483</b>	<b>22,1</b>	<b>23,5</b>	<b>17,2</b>	<b>-1,8</b>	<b>22,7</b>
União Europeia - UE	44.261	38.262	16,2	17,4	15,7	1,4	14,8
<b>América do Sul</b>	<b>29.840</b>	<b>26.617</b>	<b>10,9</b>	<b>12,1</b>	<b>12,1</b>	<b>-3,1</b>	<b>17,3</b>
Mercosul	18.571	17.363	6,8	7,9	7,0	-2,5	13,9
Argentina	13.104	11.949	4,8	5,4	9,7	-3,2	15,0
<b>Oriente Médio</b>	<b>13.260</b>	<b>7.330</b>	<b>4,9</b>	<b>3,3</b>	<b>80,9</b>	<b>6,2</b>	<b>59,3</b>
<b>África</b>	<b>8.524</b>	<b>6.432</b>	<b>3,1</b>	<b>2,9</b>	<b>32,5</b>	<b>-4,1</b>	<b>47,1</b>
<b>América Central e Caribe</b>	<b>1.375</b>	<b>1.293</b>	<b>0,5</b>	<b>0,6</b>	<b>6,3</b>	<b>-1,7</b>	<b>42,6</b>

FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Secretaria de Comércio Exterior (2022).

Os produtos com maior relevância do valor importado pelo Brasil em 2022 e sua variação em relação à média diária de 2021 foram: adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (US\$ 24,8 bi, 63,6%); óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (US\$ 23,6 bi, 75,3%); válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (US\$ 11,5 bi, 44,6%); compostos organo-inorgânicos (US\$ 9,9 bi, 55%); partes e acessórios dos veículos automotivos (US\$ 7,6, 5,5%); medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (US\$ 7,1 bi, -12,2%); inseticidas, rodenticidas, fungicidas,

herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes (US\$ 6,9 bi, 66,6%); equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (US\$ 6,6 bi, -13,1%); e motores e máquinas não elétricos, e suas partes (exceto motores de pistão e geradores) (US\$ 5,7 bi, 36,2%). Agregados, esses produtos representaram mais de 40% de todo valor importado em 2022. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Secretaria de Comércio Exterior (2022)).

### **3. Em tempos da crise de covid-19 quais os riscos alimentares as expectativas futuras da safra agricultora no país**

Com o surgimento da Covid-19, dada na China, em poucos meses a circulação do vírus adquiriu escala global, provocando uma crise sanitária nunca vista antes na história recente. Dada a necessidade do isolamento social, como consequência do alto número absoluto de infectados, mortes e o colapso dos sistemas de saúde, os impactos econômicos do surto de Covid-19 foram uma realidade. Observou-se a queda repentina da oferta e da demanda na maior parte da economia e sinais claros de recessão em nível mundial.

A primeira onda atingiu a China entre janeiro e fevereiro de 2020, em contrapartida a segunda onda se alastrou pouco a pouco pelo resto do mundo em algumas semanas. Já no começo de março a OMS demonstrou profunda preocupação e definiu a doença como "pandemia global". Com rápido avanço, a Covid-19 atingiu o número de 4,6 milhões de infectados e mais de 300 mil mortes em 18 de maio de 2020, e a curva de infecções continuava em ascensão e a epidemia ainda só no início.

Os efeitos das ações de controle da Covid-19 foram imediatos no escoamento de insumos, produção agrícola, processamento agroindustrial e problemas logísticos, criando questões como perda de produção, carência de mão-de-obra e distintos danos nas cadeias agroalimentares.

Os produtores agrícolas da China, onde tudo teve início, enfrentaram obstáculos com o plantio e a alimentação de animais, em virtude da paralisação do fornecimento de fertilizantes ou a interrupção de importações de alta demanda, como a soja, no momento mais profundo da crise. O transcorrer da produção foi um obstáculo por causa das restrições de mão-de-obra, que geraram um baque na oferta de alimentos, com a queda da produção, e direcionamento à elevação de preços. Os impactos vivenciados pela China serviram como exemplo para os países que foram atingidos tardiamente. Como exemplo, a produção agrícola dos EUA, principalmente de frutas e vegetais, enfrentou problemas com a falta de trabalhadores temporários, enquanto França e Alemanha tiveram falta de trabalhadores sazonais provenientes da Europa Oriental. O plantio de grãos, que é destaque no Brasil e altamente

motorizado em grandes regiões produtoras, é menos limitado à mão-de-obra e, por isso, foi menos afetado.

A pecuária global também teve problemas, como o fechamento de plantas frigoríficas e diferentes dificuldades logísticas. Nos EUA, houve o encerramento temporário de plantas e redução significativa na capacidade de processamento por conta do contágio pela doença que acertou os trabalhadores nesses ambientes.

Medidas de controle e restrições nos portos afetaram o embarque e desembarque internacional de alimentos, causando perda de mercadorias.

As primeiras reações diante da Covid-19 por demanda de produtos agroalimentares foram as chamadas "compras de pânico" criadas pelas perspectivas de confinamento e o medo generalizado sobre a manutenção do suprimento de produtos. Os panoramas da época sobre o consumo em diversos países atingidos pela pandemia revelaram o crescimento na demanda de alimentos básicos em varejistas e supermercados, principalmente na categoria de itens não-perecíveis. A elevada demanda repentina no varejo, que causou o acúmulo de estoques pelos próprios consumidores, não teve reflexos significativos nas cadeias de suprimento, gerou temporárias dificuldades na reposição dos produtos em varejistas de vários países.

É importante ressaltar que, apesar dos desafios enfrentados, o agronegócio não parou nem em meio à pandemia da Covid-19. O setor não falhou em sua função de abastecer a mesa da população brasileira e ainda exportar para cerca de 170 países. O Brasil, como um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo, teve um papel fundamental na manutenção do abastecimento global de alimentos durante a pandemia.

### **3.1 Os riscos para a cadeia alimentar e o mercado de trabalho**

Os estudos de 2020 indicavam uma grande preocupação com a crise sanitária nos países da América Latina e Caribe e a deterioração na qualidade do emprego e a queda da renda. O informe Cepal-Opas (2020) olhava que sem ações de alívio nos impactos causados pela pandemia haveria elevação da taxa de pobreza de 30,2% para 37,3% da população e da pobreza extrema de 11% para 15,5%, atingindo 231 milhões de pessoas à condição de pobreza e 96 milhões na condição de pobreza extrema. Além disso, o aumento na desigualdade calculado pelo índice de Gini de 4,9 pontos percentuais. O relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2020" (FAO, 2020) mostrou que a América Latina e Caribe além da pandemia

passava por grandes desafios já antigos, pois em 2019 a fome atingiu 47,7 milhões de pessoas, um aumento visto ano após ano, sendo o quinto ano consecutivo. Se considerado que o Brasil e a América Latina já estavam em uma fase de desaceleração de suas economias antes da pandemia, o cenário ficou mais preocupante.

As consequências da pandemia de Covid-19 sobre as cadeias agroalimentares e as ameaças associadas à segurança alimentar indicam fortes ações políticas e econômicas. Formadores de políticas públicas precisaram encontrar, naquele momento, um equilíbrio entre a ajuda necessária para assegurar a produção e a obtenção de alimentos para a população. Os maiores produtores globais de alimentos aumentaram o apoio ao setor produtivo. Os EUA, por exemplo, forneceram US\$ 25,5 bilhões para auxílio emergencial aos agricultores americanos, ao mesmo tempo que a União Europeia (UE) deu mais apoio aos seus produtores internos.

Vale ressaltar que na época, falava-se inclusive de “nacionalismo alimentar”, medida para manter o abastecimento da demanda interna por alimentos. Tal medida poderia causar um caos no abastecimento global de alimentos.

A insegurança alimentar proveniente da crise pode dar-se da perda de renda, perda de emprego, como por meio do aumento desacelerado de preços dos alimentos e pela impossibilidade de adquirir estes produtos. Em regiões caracterizadas por instabilidade sociopolítica e econômica, a insegurança alimentar se constrói como mais um componente que pode piorar as situações de pobreza, falta de comida, violência e outras. O *World Food Programme* destaca que os impactos mais fortes com ligação ao aumento do preço de alimentos serão sofridos em especial por grupos vulneráveis, como crianças, mulheres e idosos em países em desenvolvimento (*United Nations World Food Programme [WPF] (2020)*).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) declarou em 2022 que entre as maiores causas que a covid-19 impactou na economia, estão na recuperação fraca do mercado de trabalho, principalmente, nos mercados emergentes e os substanciais problemas da educação básica ao ensino superior durante os últimos dois anos, afetando tanto as economias avançadas quanto nas emergentes. Destaque que os impactos na educação, são sentidos mais severamente para as famílias mais pobres.

No desempenho pós pandêmico, existe uma forte diferença entre países. Os mais desenvolvidos têm mostrado uma recuperação eficiente do mercado de trabalho, com apoio do regime político e com mais pessoas vacinadas, enquanto que para os

emergentes é encontrado uma retomada econômica mais fraca, com ação forte também no mercado informal, mais evidenciado nas nações mais pobres. Após o ápice da pandemia, o trabalho informal tem crescido.

Para a entidade, os formuladores de políticas devem pensar em ações que solucionem os problemas, tanto do mercado de trabalho quanto educacionais, que futuramente serão consequência no mercado de trabalho.

O órgão aponta que as economias do G20 permanecem a se recuperar, mas sinalizam o potencial de cicatrizes de longa duração que moderam as perspectivas econômicas, em paralelo com o quadro prévio à covid-19.

A pandemia realçou a exigência de aumentar a resiliência e a sustentabilidade da cadeia alimentar. A diversificação das fontes de alimentos e o progresso de práticas agrícolas sustentáveis poderiam diminuir a vulnerabilidade da cadeia de abastecimento a futuras crises, uma vez que mais pessoas iriam produzir para além de sua subsistência.

Algumas das medidas econômicas anunciadas pelo governo para dar suporte ao agronegócio durante o período foram: para grandes produtores e a agroindústria, buscou-se dar fôlego financeiro, como o alongamento de dívidas.

Para pequenos e médios proprietários de terra, o apoio veio através de novas linhas de crédito e injeção direta de dinheiro, de modo que aumentaram as compras públicas de alimentos, o que assegurava que o agricultor teria suas mercadorias compradas mesmo se procura dos consumidores caíssem.

### **3.2 O que esperar o setor pós o período pandêmico**

O setor do agronegócio tem se destacado como um dos menos afetados durante o período pandêmico, apresentando resiliência e perspectivas positivas para o futuro pós-COVID. Conforme apontado por Oliveira (2022) e Martins (2023), esse setor demonstrou capacidade de adaptação e enfrentamento dos desafios impostos pela crise sanitária, além de apresentar melhorias e avanços significativos em diversos aspectos.

Um dos principais fatores que contribuíram para a robustez do agronegócio durante a pandemia foi a natureza essencial das atividades agrícolas. A produção de alimentos, insumos agrícolas e commodities não pode ser interrompida, garantindo o abastecimento e a segurança alimentar da população. Essa demanda constante e necessidade básica permitiu que o setor continuasse operando mesmo em meio a restrições e medidas de isolamento social.

Além disso, o agronegócio demonstrou uma capacidade de adaptação rápida às novas circunstâncias impostas pela pandemia. As tecnologias digitais, por exemplo, desempenharam um papel fundamental na manutenção das atividades agrícolas. A utilização de sistemas de gestão remota, monitoramento e automação possibilitou uma maior eficiência produtiva e redução de custos, além de minimizar a necessidade de contato físico entre os trabalhadores (Oliveira, 2022).

Outro ponto importante a ser destacado é a resiliência das cadeias de suprimentos do agronegócio. Apesar dos desafios logísticos e das restrições impostas às viagens e ao comércio internacional, o setor conseguiu se adaptar e manter a fluidez no escoamento da produção. Isso se deve, em parte, à diversificação dos mercados de exportação e à busca por novas rotas comerciais (Martins, 2023).

O mercado internacional também tem sido favorável ao agronegócio pós-pandemia. A valorização das commodities agrícolas e a demanda crescente por produtos alimentícios têm impulsionado as exportações brasileiras. Países que enfrentaram quebras de safra ou dependência excessiva de importações estão buscando suprir suas demandas junto ao Brasil, consolidando o país como um dos principais players do mercado global (Oliveira, 2022).

No contexto interno, é esperado um aumento no consumo de alimentos, impulsionado pela retomada econômica e pelo fortalecimento do poder aquisitivo da população. A conscientização sobre a importância da alimentação saudável e a busca por produtos de origem confiável têm impulsionado o mercado interno e aberto oportunidades para diferentes segmentos do agronegócio (Martins, 2023).

Além disso, o setor do agronegócio tem investido em inovação e tecnologia. O desenvolvimento de técnicas mais sustentáveis, a aplicação de práticas de agricultura de precisão, a utilização de drones e sensores, entre outros avanços tecnológicos, têm contribuído para aumentar a eficiência produtiva e reduzir os impactos ambientais (Oliveira, 2022).

No âmbito social, o agronegócio tem desempenhado um papel importante na geração de empregos e no desenvolvimento das comunidades rurais. A expansão das atividades agrícolas impulsiona a demanda por mão de obra, contribuindo para a redução do desemprego e para o aumento da renda nas regiões agrícolas (Martins, 2023).

Outro aspecto relevante é a preocupação crescente com a sustentabilidade ambiental no agronegócio. Cada vez mais, os produtores têm adotado práticas de

produção sustentáveis, como o manejo correto dos recursos naturais, a conservação do solo e a redução do uso de agroquímicos. Essas medidas visam preservar o meio ambiente e garantir a viabilidade do setor a longo prazo (Oliveira, 2022).

No que diz respeito à governança e regulamentação do setor, é esperado um maior envolvimento do governo e das entidades reguladoras. O fortalecimento de políticas públicas voltadas para o agronegócio, a ampliação do acesso a crédito rural e a promoção de parcerias entre o setor público e privado são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento do agronegócio pós-pandêmico (Martins, 2023).

Em relação ao mercado interno, é importante ressaltar a tendência de diversificação da produção agrícola. O Brasil possui um imenso potencial para expandir a produção de diferentes culturas, diversificando sua oferta e atendendo às demandas específicas do mercado nacional. Isso inclui a produção de alimentos orgânicos, a valorização da agricultura familiar e o incentivo à produção local (Oliveira, 2022).

No mercado internacional, é fundamental o fortalecimento das relações comerciais e a busca por acordos bilaterais e multilaterais que facilitem o comércio de produtos agrícolas. A abertura de novos mercados e a redução de barreiras tarifárias são fatores determinantes para a expansão das exportações brasileiras no pós-pandemia (Martins, 2023).

Em suma, o setor do agronegócio apresenta perspectivas promissoras para o período pós-pandêmico. A capacidade de adaptação, a resiliência diante dos desafios, os avanços tecnológicos, a busca pela sustentabilidade e o fortalecimento das relações comerciais são alguns dos fatores que contribuem para o crescimento e a melhoria contínua desse setor fundamental para a economia brasileira (Oliveira, 2022; Martins, 2023).

## **Considerações Finais**

O setor do agronegócio se mostrou um setor pouco impactado e de grande recuperação durante a pandemia de COVID-19. Sua natureza essencial, capacidade de adaptação tecnológica, diversificação da produção e demanda estável por alimentos foram fatores cruciais para essa resiliência. O setor agrícola desempenha um papel fundamental na segurança alimentar global e no desenvolvimento socioeconômico de muitos países.

O impacto do vírus no setor foi relativamente baixo, devido à necessidade inegável de produção e distribuição de alimentos. Os produtores e agricultores se adaptaram rapidamente às novas medidas sanitárias e de segurança, garantindo o abastecimento de alimentos em todo o mundo.

O agronegócio brasileiro se destaca como um dos mais fortes e fortificados do mundo. O Brasil possui uma extensa área agricultável, um clima favorável e uma expertise consolidada na produção agropecuária. Além disso, o país tem sido um importante player nas exportações agrícolas, fornecendo alimentos e matérias-primas para diversos mercados globais.

As exportações brasileiras têm desempenhado um papel crucial na balança comercial do país. O Brasil é um dos principais exportadores de commodities agrícolas, como soja, carne bovina, açúcar e café. Essas exportações têm contribuído significativamente para a geração de divisas e o fortalecimento da economia nacional.

Além disso, o agronegócio brasileiro tem estabelecido parcerias comerciais sólidas com outros países, ampliando sua presença no mercado internacional. Acordos comerciais e alianças estratégicas têm impulsionado o setor, permitindo o acesso a novos mercados e a diversificação das exportações.

No entanto, é importante ressaltar a necessidade contínua de promover práticas sustentáveis no agronegócio brasileiro. A preservação ambiental, a proteção dos recursos naturais e o respeito às comunidades rurais são aspectos essenciais para garantir um desenvolvimento equilibrado e responsável do setor.

Em conclusão, pode-se observar que, o agronegócio demonstrou ser um setor de grande importância e resiliência durante a pandemia de COVID-19.

O Brasil, em particular, se destaca como um dos principais atores desse setor, com uma forte presença nas exportações e parcerias comerciais. É fundamental que o agronegócio brasileiro continue a investir em inovação, sustentabilidade e diversificação, a fim de garantir seu crescimento e contribuir para a segurança alimentar global.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Economia. (2023, 02 de Janeiro). **Resultados da Balança Comercial Brasileira de 2022**. Brasília, DF. Recuperado de <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/Balanca2022.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2022.

COELHO, Carlos Nayro. “70 ANOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL (1931-2001)” **Revista de Política Agrícola** [Online]. Campinas: EMBRAPA, v. 10, n. 3, p. 1-59, Jul./Ago./Set. 2001. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/237/200>>

CEPAL-OPAS. Salud y economía: una convergência necesaria para enfrentar el COVID-19 y retomar la senda hacia el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe. Informe Covid-19 – Cepal-Opas.

COSTA, Gabriel Bueno. Sequelas da Covid impactam ensino e emprego em países emergentes, diz FMI. **CNN Brasil**, São Paulo, 17 de Maio de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/sequelas-da-covid-impactam-ensino-e-emprego-em-paises-emergentes-diz-fmi/>>. Acesso em: 17 Maio 2022.

FAVERET FILHO, Paulo; PAULA, Sergio. de. A Agroindústria. **BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais** (dezembro/2002). BNDES. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12694/1/BNDES%2050%20Anos%20-%20Hist%C3%B3rias%20Setoriais%20A%20Agroind%C3%BAstria\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12694/1/BNDES%2050%20Anos%20-%20Hist%C3%B3rias%20Setoriais%20A%20Agroind%C3%BAstria_P_BD.pdf)>. Acesso em: 20 Fevereiro 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets. Roma, FAO. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/ca9692en>>

FREITAS, Rogério Edivaldo. Exportações agropecuárias: importância relativa e grupos de produtos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Brasil, p. 29 – 36, Jun. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5425>>. Acesso em: 11 Novembro 2022.

TOOGE, Rikardy. Veja as medidas do governo federal para o agronegócio na crise do coronavírus. **G1**, 17 Abril 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/04/17/veja-as-medidas-do-governo-federal-para-o-agronegocio-na-crise-do-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2023.

GONZALEZ, Bernardo; COSTA, Sílvia. AGRICULTURA BRASILEIRA: MODERNIZAÇÃO E DESEMPENHO. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 5, n. 10, 11. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4774>>. Acesso: 20 fevereiro 2023.

MOREIRA, Assis. Brasil sobe posições no comércio mundial, diz OMC. **Valor Econômico**, Genebra, 12 Abril 2022. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/noticia/2022/04/12/brasil-sobe-posies-no-comrcio-mundial-diz-omc.ghtml>>. Acesso em: 13 Janeiro 2023.

INSPER - Centro de Agronegócio Global. (2020). Impactos da COVID-19 no agronegócio e o papel do Brasil: Parte I: Cadeias produtivas e segurança alimentar. Texto para discussão, n.2, jun/2020. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/06/impactos-da-covid-19-no-agronegocio-e-o-papel-do-brasil-vf-a.pdf>>

MARGARIDO, Mario Antonio. A Questão Cambial e a Balança Comercial No Brasil Pós-Plano Real. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2001/SETO2-NOV-2001.pdf>>. Acesso em: 29 Janeiro 2023.

MARTINS, J. A. **O agronegócio pós-pandêmico: perspectivas e desafios**. São Paulo, Editora X, 2023.

MUELLER, Charles. Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula. **Revista de Política Agrícola** [Online]. Campinas: EMBRAPA, v. 14, n. 2, Abr./Maio/Jun. 2005. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/534/484>>. Acesso em: 02 Junho 2021.

OLIVEIRA, R. S. **O setor do agronegócio e os impactos da pandemia de COVID-19**. **Revista Brasileira de Agricultura Sustentável**, v. 15, n. 3, p. 124-138, 2022.

PICCOLO, Monica; MOTTA, Márcia Maria Menendes “Política Agrária No Brasil Dos Anos 1990: Rumo À Consolidação Do Agronegócio”. Disponível em: <<https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/94324/978-84-18167-14-0-218-237.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

PINTO, Eduardo. Bloco no poder e governo Lula. 2010. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/teses/2010/Eduardo%20Costa.pdf>>

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flavio Azevedo Marques. **Formação Econômica do Brasil**, cap. 4. Editora Atlas, 1997.

SCHNEIDER BRAUN, Mirian Beatriz. Uma análise da balança comercial agrícola brasileira a guisa de sua evolução histórica recente. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2007. DOI: 10.48075/igepec.v8i1.321. Disponível em: <<https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/321>>. Acesso em: 20 fevereiro 2023.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel; LEONARDI, Alex; MARINHO, Marisson M. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, 34(100), 167–188. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>>. Acesso em: 24 fevereiro 2023.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. "A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico." **Economia e Sociedade** [Online]. 2012, v. 21, n. spe. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/?lang=pt#>>

United Nations World Food Programme [WFP] (2020b) COVID-19: PD Immediate Guidance: Protection, Accountability to Affected population, Disability Inclusion, Conflict Sensitivity. World Food Programme, 27/3, 2020. Disponível em: <[https://fscluster.org/sites/default/files/documents/wfp\\_-\\_protection\\_aap\\_disability\\_conflict\\_sensitivity.Pdf](https://fscluster.org/sites/default/files/documents/wfp_-_protection_aap_disability_conflict_sensitivity.Pdf)>